

O REINO DOS EXCEPCIONAIS

Ana Luiza Marques¹

Resumo: Investiga-se a proposta reformista e emancipadora exposta por Antônio Sérgio nos *Ensaio*s e na História de Portugal, segundo a tese de que o problema da cultura é apresentado a fim de identificar a formação da elite intelectual. Trata-se, assim, de fixar as raízes históricas da formação do intelectual para que o teor pedagógico da obra ultrapasse a época de sua produção e seja reconhecido pelo leitor futuro como instrumento de emancipação. Ocorre que a própria noção de emancipação nasce da apreensão da história nacional como decadência na épica de Luís Vaz de Camões, quando se desvela o modo de proceder frente a tal situação: a denúncia. A disciplina de denúncia reflete a experiência histórica da decadência que conforma a consciência dos intelectuais a partir da concepção de excepcionalidade e luminosidade atribuídas ao quinhentismo português.

Palavras-chaves: ensaio, cultura, história, decadência, Portugal.

Abstract: It examines into the reformist and emancipationist proposal explained by Antônio Sérgio in *Essays* and History of Portugal, according to the proposition that the problem of culture is presented in order to identify the formation of the intellectual elite. Thus, it aims at setting the historical sources of the formation of intellectual so that the pedagogic gist of the work exceeds the time of its production and is recognized by the futur reader as instrument of the emancipation. But the notion itself of the emancipation emerges from the perception of the national history as decadence in the epic of Luiz Vaz de Camões, which clarifies the way of behaving facing such situation: the denunciation. The discipline of denunciation reflects the historic experience of the decadence that forms the awareness of the intellectuals from the concept of exceptionality and luminosity attributed to the portuguese “quinhentismo”.

Key-words: essay, culture, history, decadence, Portugal.

¹ Mestre e Doutora em História pela PUC/RJ.

O espírito português do Quinhentismo – foi promessa que se não cumpriu. Antônio SÉRGIO², “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, 1926 (1977: 27).

A obra *Ensaio*, escrita para chamar a atenção da elite intelectual portuguesa, quer restituir a nação à glória histórica. Tal qual outros representantes da geração contemporânea ao advento da República portuguesa (1910), também aí a história nacional serve de instrumento para a educação do povo. Isso acontece porque o desejo de regenerar a nação não só se enlaça à lembrança da “gênese de Portugal” no século XV, quanto atrela a educação ao significado dos Descobrimentos para a história da humanidade.

Antônio Sérgio tem, então, algo a contar: a epopéia dos portugueses “excepcionais” na época da decadência. No entanto, enquanto alguns contemporâneos desejam saudar os áureos tempos passados, os *Ensaio*s e a História de Portugal pretendem experimentar a cultura vivida desde fins do século XVI.³ A aptidão para tal tarefa não diz respeito a qualquer inovação de método ou teoria, nem inaugura novo caminho, nem toma longa distância para observar. À semelhança dos trabalhos historiográficos redigidos no período, seguem os ganhos

² Antônio SÉRGIO de Sousa nasceu no dia 3 de setembro de 1883 em Damão (Índia) e faleceu no dia 24 de janeiro de 1969 em Lisboa. Era neto paterno do almirante Visconde Sérgio de Sousa, 1º Antônio Sérgio de Sousa, que lutou entre os liberais na guerra civil de 1832-1834, e materno do general-almirante Henrique Carlos Henriques. O pai, 2º Antônio Sérgio de Sousa (1842-1906), falece como comandante do Corpo de Marinheiros e vice-almirante de Marinha, antes disso fora chefe da 1ª Repartição do Conselho do Almirantado, governador de domínios portugueses na Ásia e na África e ajudante de campo honorário do rei d. Carlos.

Nota construída a partir de “Para uma apologia de Antônio Sérgio” (SERRÃO, s/d: 85) e “Da Juventude de Antônio Sérgio...” (CATROGA e CARVALHO HOMEM, 1983: 787).

³ No caso da História de Portugal, em consequência das peculiaridades na publicação, usou-se os seguintes títulos: *Breve Interpretação da História de Portugal e Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal*. O primeiro título é a versão portuguesa de *Historia de Portugal* (Barcelona: Editorial Labor, 1929), cujo manuscrito foi encontrado no espólio do autor com essa nova denominação. Na “Advertência” da *Breve Interpretação...*, Antônio SÉRGIO observa que vigorava a ditadura em Portugal quando saiu a primeira edição da obra, e por isso cortou alguns itens que vieram a ser acrescentados na presente edição. O segundo título foi inicialmente publicado como o tomo I da obra *História de Portugal – Introdução Geográfica*. No prefácio do tomo VIII dos *Ensaio*s, o autor destaca que essa última foi escrita sob encomenda da editora Ática e que também sofreu censura nos anos 40. Aliás, o tomo VIII não só contém estudos complementares à História de Portugal, como está primordialmente a isso dedicado. Sobre a composição do que aqui convencionamos chamar de História de Portugal, vide ainda SÉRGIO, 1974b, e 1981b: 01; A. CAMPOS MATOS, “Bibliografia de Antônio Sérgio”, CATROGA e CARVALHO HOMEM, 1983: 1031.

críticos, factuais e interpretativos, de Alexandre Herculano e Oliveira Martins.⁴ Como está escrito no ensaio “O Reino Cadaveroso...”, não se trata das causas da morte do “espírito crítico”, mas sim da lembrança de sua curta história e das tentativas de o fazer ressuscita (SÉRGIO, 1977: 28).

A noção de decadência, aqui referida, encontra-se na conferência “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” de Antero de Quental. Afirma-se aí que a decadência dos povos peninsulares, Portugal e Espanha, vem a ser o “único grande fato evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo” (QUENTAL, 2001: 17). O que se prova quando se opõe atualidade e passado, não por dogmática, senão para incitar discussões sobre as condições contemporâneas da nação portuguesa. A conferência visa, afinal, a discutir a principal característica da história portuguesa: as navegações e a decorrente decadência da cultura nacional desde a segunda metade do século XVI.

As navegações vêm significar quanto o “gênio” português assimila sossegadamente o estrangeiro. Mantém-se a peculiar democracia entre os que lutam, conquistam e enriquecem, os títulos nobiliários generalizam-se, mas o povo não se torna mais nobre por isso. Portugal, muito pelo contrário, se transforma na sociedade de nobres que ostentam e mendigam, qual parasitas a quem o trabalho envergonha. Enquanto outras nações se enriquecem com as conquistas lusitanas, criam indústrias e trabalho, Lisboa se torna a capital da esperança por glória, entre os que desejam partir para além-mar, e a desilusão dos que voltaram tão pobres quanto antes. Na vanguarda do estrangeiro europeu, a nação se projeta para o mar; na conquista do estrangeiro oriental e ocidental, a nação regride a reino portugalense.⁵

⁴ Um bom exemplo disso, percebe-se na importância atribuída às condições econômicas, que lemos nas hipóteses sobre a movimentação das populações européias em terra e para o mar, na conquista de Ceuta e no movimento político e social que leva ao poder d. João I. Antônio SÉRGIO, “Despretenciosos informes sobre lusitanos e romanos destinado a um compêndio popular de História de Portugal” (1974b: 09 a 11); “A conquista de Ceuta...” (1980b: 266-267); “Repercussões duma hipótese: Ceuta ...” (1981a: 193); “Sobre a Revolução de 1383-85” (1980c: 123-124); e, “Em torno da ‘História Trágico-marítima’ ...” (1974b: 113 a 142).

⁵ Em 1940, no “Prefácio” à obra *O mundo que o Português criou* de Gilberto FREYRE, Antônio SÉRGIO escreve: “Favoreceu-os [aos portugueses], em suma, na obra de colonização na sul-América, a característica *plasticidade* da sua índole, a qual dimanava de uma singular riqueza de antecedentes étnicos e de cultura, e caberia acentuar que os colonizadores do Brasil, nos séculos de Quinhentos e de Seiscentos, foram na maioria portugueses típicos e portanto mestiços [...] a que chamaria *ecólicos* um espírito dominado pelas reminiscências gregas: de complexa ascendência, de cultura mixta.” (FREYRE, 1940: 14).

Consoante isso, a constatação de Luís Mendes de Vasconcelos em 1608, em *O Sítio de Lisboa*, concentra as “linhas fundamentais” da nação após o quinhentismo: “A conquista da Índia não

“O Reino Cadaveroso...” nos apresenta o modo como a história nacional, assim contada, vem a ser reiterada e legada “aos futuros investigadores portugueses”. Não se questionam as hipóteses presentes na conferência de Quental, porque se aceita, de bom grado, a tese da gênese heróica da nação e a tragédia dos acontecimentos posteriores. Mesmo a falta de gênio aventada por Oliveira Martins não vem a ser tomada a sério, pois, uma vez “tecido como fios de matéria histórica”, o ensaio exhibe a tese e as hipóteses que orientam a “obra de pedagogo e de aprendiz de filósofo, de apóstolo do civismo e de reformador social” de seu autor (SÉRGIO, 1974b: 04), segundo a seguinte síntese histórica:

Com efeito, se olharmos o nosso passado, ver-se-á que até o fim do Quinhentismo Portugal acompanha galhardamente o melhor espírito europeu, [...] e a muitos respeito na vanguarda [...] Depois, desde essa data o facho apaga-se [...]. Depois dos dias do Quinhentismo, o que se chama espírito moderno nunca mais vigorou na nossa terra, — se bem que brilhasse, por vezes, em alguns portugueses excepcionais, que se cultivaram no estrangeiro, que se não entenderam com os seus patrícios, e que combateram sem resultado a mentalidade do seu país (idem, 1977: 25 a 27).

O objeto de interesse do autor quando se volta para o problema da cultura, na esteira da história nacional escrita ao longo do século XIX, menos informa sobre o fato “Quinhentismo” do que constrói a compreensão da “promessa que se não cumpriu”. Vale mais a especulação do que deve ser, do que a minuciosa e positiva explicação do que foi “com efeito”. Aliás, o fato perfeito e acabado no passado, nas palavras de Oliveira Martins “Portugal acaba” (1972: 23), se presta à compreensão dos efeitos da promessa não cumprida, ou ainda, a situação crítica, o estado de decadência. Isso se prova, simplesmente, porque Portugal está à parte do desenvolvimento tecnológico, científico, artístico e produtivo europeu.

Não por acaso, “O Reino Cadaveroso...” começa pela constatação de que o problema da mentalidade ou da cultura vem a ser o

nos deu campos em que semeássemos [...] nem lavradores que cultivassem os nossos campos, antes nos tira os que nisto nos haviam de servir; porque parte levados pela cobiça, e parte pela necessidade da conquista, temos muito menos do que convém’. Apud “As Duas Políticas Nacionais” (SÉRGIO, 1977: 79).

Sobre as conquistas ibéricas ultramarinas do século XV, vide também QUENTAL, 2001: 50 e 51.

“problema característico do Portugal moderno”. Se nos voltarmos para o passado, poder-se-á ver que a nação nasce em meio à vanguarda do continente europeu. O que consta na história da humanidade, pois, como na Antiguidade o desenvolvimento do comércio e da indústria levou os atenienses à “revolução dos sofistas”, à “revolução de Sócrates”, no século XV os desenvolvimentos do comércio e da indústria levaram a Europa Renascentista à “transformação da mentalidade”. Na vanguarda disso, estiveram os italianos e os portugueses. Os primeiros pela “faina industrial e o comércio marítimo”. Os patrícios, pelas “navegações e os descobrimentos”. E, assim, enquanto na Itália Galileu constrói um mecanismo de observação do firmamento para aceitar ou discordar de Copérnico, em Portugal os navegadores experimentam lugares exóticos, onde o exame da natureza leva à desconfiança dos conhecimentos antigos. Por conseguinte, as navegações criam nos portugueses “a atitude crítica”, na medida em que a saída da Europa e a experimentação de lugares exóticos permitem aos quinhentistas desobedecerem às autoridades (SÉRGIO, 1977: 27 a 36; e, 1981b: 84 a 94).

Duarte Pacheco e Garcia Orta concentram a “transformação da mentalidade” em Portugal, elevam-se à “maior altura na vida mental” justo por usarem da “investigação do real” para contestar os Antigos. A partir da obra de ambos, o “critério da proposição verdadeira” passa dos antigos textos para a “evidência sensível”. Posteriormente, com a obra de Descartes, alcança-se a “evidência intelectual”, mas disso os portugueses não participam. A épica de Camões encerra a aurora da cultura em Portugal. *Os Lusíadas*, como poema “do alargamento da experiência humana” e do “desafio às autoridades”, fecha o quinhentismo português tal qual epitáfio. Enfim, nos gritos da *História Trágico-Marítima* encontra-se o “símbolo admonitório” do naufrágio “da nau da Inteligência que buscava a aurora”, “da mentalidade crítica do Português” (idem, 1977: 34 a 40; e, 1981b: 84 a 94). Exatamente o que se lê no canto IV da épica:

Mas um velho, d'aspecto venerando,
 ...
 Cum saber só d'experiências feito,
 Tais palavras tirou do experto peito:
 ...
 Que promessas de reinos e de minas
 D'ouro, que lhe farás tão facilmente?
 Que famas lhe prometerás? Que histórias?
 ...

Nunca juízo algum, alto e profundo,
Nem cítara sonora ou vivo engenho
Te dê por isso fama nem memória,
Mas contigo se acabe o nome e glória!
(CAMÕES, 1992: 118 a 120)

Antônio Sérgio figura, ao longo do século XVII, a batalha entre o “homem do Espírito Crítico” e o “homem da Idade Média”, ou ainda, entre a “inteligência concebida como íntimo dinamismo de relação” e a “inteligência concebida como árvore genealógica de palavras vácuas”. Na Europa “vê-se a luminosa e triunfante ofensiva do espírito crítico e experimental”, enquanto Portugal anda para trás: na busca de reinos e minas prometidas. Se as navegações, os descobrimentos e a colonização das ilhas atlânticas e do Brasil cruzam a história nacional com a mundial, o comércio com as Índias vem a ser “obra de estupidez” a que juízo algum conseguirá atribuir fama e em cujo nome e glória se encerra (SÉRGIO, 1977: 40 e 42). Daí lermos no ensaio “Em torno da 'História Trágico-Marítima'...”, a seguinte constatação: “a mais retumbante e afamada de todas [as empresas quinhentistas] [...] a das conquistas nas costas da Ásia e do transporte dos produtos orientais para a Europa – foi realizada de maneira estúpida [...] e por isso ruínosa para Portugal” (idem, 1974b: 80). Assim cai a noite escura da dominação castelhana de Felipe II. Só após o fim das guerras contra Castela, com os portugueses que emigram para a Europa e compõem a falange dos ‘estrangeirados’, ilumina-se novamente a grei.

Entre os ‘estrangeirados’ estão Jacob de Castro e Luís de Verney, o primeiro fala de Londres, o outro da Itália, ambos reivindicam mudanças na formação do português. Verney ergue a polêmica da necessidade de reformar a educação nacional, pela revelação de “o estado das doutrinas e o anseio de busca na Europa culta”, em oposição “à miséria caricata da mentalidade” em Portugal. Traça um “plano minucioso de reforma cultural”, pois verifica a ignorância e o isolamento da nação. Para Verney, assim como para Jacob de Castro, a solução estava em mandar portugueses estudar no exterior, mediante o compromisso de que voltassem depois para lecionar junto aos jovens da nação. Interessante que em Verney encontra-se justo o que se elogia nos quinhentistas: crítica e experiência. A crítica como exame do texto escrito para ver se procede como verdadeiro ou suposto, e qual o intento do autor, tudo segundo os ‘socorros tirados da história’. A experiência como lugar de prova, onde se refinam os pensamentos e se desprezam

hipóteses (ibidem, 1977: 44 a 47).⁶

Mas, sobretudo, Antônio Sérgio afirma que a nação falta aos intelectuais desde o século XVII. Faltara a Vieira “um ambiente vital de inteligência crítica, uma séria cultura nacional”, como também aos ‘estrangeirados’, tanto que “a crítica de Verney dispara em escândalo”. Ainda que a manutenção das pensões de estudo no estrangeiro e o trabalho na Academia salvem, de certo modo, “as idéias mais fecundas dos ‘estrangeirados’”, a reforma de Pombal é considerada “mais espetaculosa que verdadeiramente benéfica” e efetuada em meio ao vozerio da contradição (ibidem, 1977: 50-51). O pouco que se conseguiu vem a ser perturbado, em fins do século XVIII e início do XIX, quando as invasões francesas e as lutas Constitucionalistas forçam a emigração de grande número de portugueses. O que, no entanto, faz brotar nova chama, pois muitos entram em contato “com o verdadeiro espírito da cultura crítica” e passam a denunciar as condições nacionais.⁷

Revela-se assim, entre os intelectuais oitocentistas, força semelhante a de Verney: Alexandre Herculano e a ‘história crítica de Portugal’. Se o ambiente permanece contraditório e esterilizante, os ataques recebidos, quer por Verney, quer por Herculano, “são compreensíveis e naturais” como reação dos patricios aos que tocam fundo na questão da “decadência do Português”. Tanto que logo se segue outra batalha pela “renovação metal”, a Questão Coimbrã, a terceira e última antes dos *Ensaio*s e da História de Portugal. A. Herculano continua L. Verney, Antero de Quental continua Herculano e, com Oliveira Martins e Eça de Queirós, dá “novo arranco” na reforma da mentalidade ou da cultura em Portugal. No entanto, Antônio Sérgio olha ao redor e percebe que “a cultura crítica” não vence, apesar dos portugueses “excepcionais”. O ambiente não torna desnecessária “uma coletiva elevação real do nível de cultura da nossa elite” na atualidade (ibidem, 1977: 52-53; e, 1981b: 141 a 143).⁸

⁶ Francisco FALCON escreve que Jacob de Castro Sarmiento publicou, em 1737, a obra *Teoria verdadeira das marés*, com o fim de apresentar aos portugueses a ‘filosofia natural, experimental e demonstrativa’ de Newton. Suas propostas, como a sugestão de traduzir Francis Bacon para os estudantes, caíram no vazio. Pouco mais tarde acontecerá o mesmo, ainda que parcialmente, com as propostas de Verney. (FALCON, 1993: 207 e segs.)

⁷ O pouco de atenção que Antônio SÉRGIO oferece à obra de Antônio Vieira diz respeito justo ao aviso do mesmo sobre o mau uso das minas de metais e pedras preciosas encontradas no Brasil. Ou seja, preocupa-se somente em destacar a postura de denúncia de Vieira, que assemelha a de Luís Mendes de Vasconcelos – já mencionado. (SÉRGIO, 1977: 85)

⁸ Não por acaso, escreve no último item do *Breve Interpretação...*, “A tendência cesarista e a tendência republicana”: “De aqui em diante, vemos travadas numa luta brava duas formas políticas antagonistas, já muito esvaziadas do seu conteúdo: a forma democrática republicana, levada pelos ventos do entusiasmo do povo; e a forma monárquica e cesarista, que veio a encarnar no ditador João Franco.” (SÉRGIO, 1981b: 144)

A compreensão do “espírito português do Quinhentismo” tal qual facho apagado, permite tanto a apresentação de hipóteses ligadas à concepção de degeneração e decadência nacional, quanto a comprovação de que o aparecimento de portugueses “excepcionais” dá-se de modo tão fulgurante quanto o quinhentismo. A interpretação da história a partir da situação crítica no presente, transforma aqueles que discutem as condições de cultura em autênticos fachos de luz que imitam, ainda que com menor intensidade, a luminosidade do fato histórico Descobrimentos. Mediante a formação da mentalidade dos portugueses na história nacional, isto é: o “saber só de experiências feito” ou a “consciência nacional”, identifica-se a promessa não cumprida – a “esperança sublime que se estiolou” – nas propostas de regeneração da cultura. Daí a oposição, no *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, “ao ser, que a mesma História nos lembra, um *dever-ser* ditado pelas afirmações intrínsecas, pelas normas internas do nosso ser consciente”. Os fatos históricos experimentados em termos de promessa e esperança fazem, simultaneamente, ver o presente – a situação crítica ou decadência – e nascer o futuro – “Portugal melhorado” (ibidem, 1978: 19-20; vide ainda, 1977: 07 e 35).

Não por acaso, no segundo número da *Pela Grei* (1918),⁹ se publica o ensaio “Alexandre Herculano e o problema moral e social do Portugal moderno”. Herculano nos é apresentado como modelo de homem, herói nacional, “símbolo dos [...] sentimentos da consciência nacional”. Elogios retirados, aliás, da homenagem póstuma de Antero de Quental, que o elevou a ‘representante do gênio da sua nação’, ainda que o considere ‘com um certo espanto ininteligente’. Em Herculano, incorporam-se os “traços característicos do ideal moral do Português”: ‘homem de um só parecer,/de um só rosto e de uma fé,/de antes quebrar que torcer’. Enfim, os combates ininterruptos do historiador pela revolução e a retirada para Vale dos Lobos “são na verdade a epopéia simbólica do nosso Portugal contemporâneo”. A ponto de ficar desamparada a nação: “sem crítico” ou quem lhe protegesse contra o abuso da “inércia mental do grande público” (ibidem, 1980a: 119 a 124).

Grande parte dos elogios deve-se a Antônio Sérgio rivalizar com

⁹ *Pela Grei*. Revista para o ressurgimento nacional, pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente, n. 1, Tipografia do Anuário Comercial, 1918; n. 2, Lisboa, Liga da Ação Nacional, 1918.

Fundada e dirigida por Antônio SÉRGIO e por Raul PROENÇA, tinha caráter educativo e doutrinário, a fim de divulgar a reforma da sociedade e da cultura portuguesa. Foi precursora da *Seara Nova* (1921). (“PELA GREI”, *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, vol. XXVIII: 883)

a acusação de Teófilo Braga de que Alexandre Herculano não defendeu as Conferências do Casino contra o ato ministerial de extinção. O que nos leva a notar que se trata, primeiro, de afirmar a ligação entre Quental e Herculano, ainda que para ele aquele não tenha alcançado a “extensão” do “significado coletivo” desse; e, segundo, de que a sobredita “inércia mental” permite a expropriação “do tesouro espiritual da comunidade”, logo, a conservação da decadência. Assim se certificam, ao mesmo tempo e com o mesmo peso, a incursão da conferência de Quental, a situação crítica do ambiente nacional e a necessidade da polêmica para a renovação. Confirma-se, sobretudo, o “mal português”: Alexandre Herculano, mesmo asfixiado e oprimido, combate pela reforma da nação, segrega-se para manter a dignidade na denúncia, e luta lá do exílio de Vale dos Lobos contra o fechamento das Conferências, apesar de divergir das opiniões de Quental. Do mesmo modo, serve de exemplo a conduta de Teófilo Braga, modelo “dessa época de esfacelamento da inteligência portuguesa” que sucede à perda de um português “excepcional” (ibidem, 1980a: 123 a 126).¹⁰

Nos ensaios dedicados a Eça de Queirós e Oliveira Martins o elogio vem contido. Todavia, prossegue o exame do sobredito “mal português”. O estudo sobre a obra de Eça de Queirós são dois ensaios: “Notas de Literatura. Eça de Queirós e a sociedade portuguesa (a propósito de um prefácio de Agostinho de Campos)” e “Notas sobre a imaginação, a fantasia e o problema psicológico-moral na obra novelística de Queirós” (ibidem, 1980a e 1980c, respectivamente). No primeiro, apressa-se em perguntar: “foi ele um simples narrador de histórias, [...] ou pertence à classe dos escritores que fizeram crítica social?”, contra a hipótese de Agostinho de Campos de que “Eça de Queirós é só artista”. Caso encontre-se entre os “escritores críticos e combativos”, que “se propuseram analisar, criticar, reformar a sociedade”, especula Antônio Sérgio, a obra de E. de Queirós obriga-nos todos à crítica, pois tal deve ser “o campo da sua ação” artística. O segundo ensaio apresenta-nos justo as características da dita “crítica

¹⁰ Lembre-se que Teófilo BRAGA vem a ser presidente da República proclamada em 1910, enquanto Antônio SÉRGIO não só renega o movimento, como abandona a Marinha para se manter autônomo. Escreve, em 1955, que a partir de 1910 passa a se interessar por “ensino” e “organização social” “preocupado pelos problemas para que nos atirou a República, – problemas de vulto para cujas soluções econômicas, educacionais e cívicas se não tinham munido de preparação adequada os tribunos republicanos da propaganda”. Iniciara, então, “a carreira de doutrinador”. (SÉRGIO, 1974a: 03)

social” (ibidem, 1980a: 130 a 133).¹¹

Em “Notas sobre... a novelística de Queirós”, afirma-se que o “fenômeno psicológico fundamental” de suas obras está para o “tédio do ócio”. Ainda que se negue aos personagens de Eça qualquer tipificação do português, afirma-se que aí se apreende de modo agudo “tudo quanto seja exteriorização da psique (ou manifestação para os sentidos)”. Oferece-nos como prova os acasos exteriores que afetam os personagens principais de importantes obras: Teodorico de *A Relíquia*, Carlos da Maia de *Os Maias* e Gonçalo Ramirez de *A Ilustre Casa de Ramires*. As idéias desses personagens, portanto, “nunca surgem nas almas por urdidura própria, pelas ligações internas de emoção e de idéia”. Todos têm o enredo de suas vidas alterado por acasos ou acidentes exteriores, onde ficam expressos os “artifícios do imaginar sensível” do autor. O que os aproxima do ambiente português, na medida em que se relaciona a mentalidade nacional à “mentalidade exteriorista” e ao “desamor à análise”. Nenhum dos personagens, entretanto, traz solução moral para o “tédio do ócio”. A suposta solução moral do problema psicológico só acontece quando Eça de Queirós conta a lenda dos santos, onde se vislumbra algum antídoto na “ação generosa” dos mártires (ibidem, 1980c: 58 a 114).

Daí a afirmação de que Eça de Queirós tenha sido rico em imaginação, isto é, na criação de imagens vindas do domínio sensível, mas nem tanto em fantasia ou nas “verdadeiras idéias” (ibidem, 1980c: 55). Isso procede, para Antônio Sérgio, não porque o romancista tenha escrito do estrangeiro e não pudesse olhar minuciosamente o cotidiano nacional, tal qual argumenta Agostinho de Campos, mas devido às condições que caracterizam a nação. Note bem, nos *Ensaio*s se afirma que a medida da “crítica social” de Eça de Queirós está nos artifícios da imaginação sensível, na descrição de acasos e infortúnios como chaves para mudanças drásticas no entrecho, e que isso impede a construção da “verdadeira idéia” pela vivência íntima ou a reflexão dos personagens. As descrições do autor tornam os personagens escravos do mundo exterior como qualquer outro português, por isso não expressam solução moral para o “tédio do ócio”, ou seja, não procuram o propósito das ações antes em si que no mundo. Apenas a “ação generosa” dos santos indica a

¹¹ O primeiro ensaio, que integra as “Notas de literatura”, foi publicado na *Seam Nova* em 1923; o segundo, pertence à primeira e única edição do tomo VI de 1946. Mesmo que não se possa determinar, precisamente, a data do segundo ensaio, é inegável que entre os dois escritos correm cerca de vinte anos e que ambos, de fato, apresentam-nos a hipótese da “crítica social” na obra de Eça de Queirós.

superação. Por conseguinte, só os mártires contêm a esperança e a promessa de glória que fora lançada para o passado e, a partir daí, ilumina o presente e faz nascer o futuro.

Também em Oliveira Martins se apreende tão agudo entendimento da situação nacional, a ponto de nele palpar “um sentimento férvido e torturante dos grandes problemas da sociedade”. Algumas de suas obras influenciaram sobremaneira a geração que proclama a República, daí Antônio Sérgio o ler como formador do “estado de espírito” característica da geração que então governava a nação – ou seja: a sua própria geração. Mas Oliveira Martins vem a ser, sobretudo, exemplo do “naufrágio miserável dos homens notáveis” que ocorre em Portugal. Isso pode ser visto na maneira como participa da vida nacional, inicialmente, pela publicação de livros e jornais, em seguida, pela inclusão institucional na política. Oliveira Martins funda jornais, escreve artigos e projetos de lei, organiza reformas, participa do governo para alcançar as mudanças institucionais e econômicas que entende por necessárias, mas logo é isolado e desprestigiado na equipe ministerial que dirige. O que decorre menos por inabilidade política ou institucional do historiador do que pela “feição característica do Portugal moderno” (ibidem, 1973: 13-14, 36 e 71).

Ainda que Antônio Sérgio afirme que Oliveira Martins carece de “heroísmo intelectual”, porquanto ele entenda a sociedade como transcendente ao indivíduo, trata-o como integrante da “família cívica” de escritores socialistas que dão o tom do “pensamento revolucionário” português imediatamente antes da República. Apesar de acusá-lo de não distinguir, propriamente, o socialismo e o capitalismo no “conjunto das transformações gerais [...] que têm ocorrido no desenrolar da História pelo concurso dos sucessos e dos instintos dos indivíduos sem nenhuma submissão à consciência moral”. Acredita que nisso esteja o motivo para que construa projetos de mudanças na estrutura produtiva da nação e, ao mesmo tempo, defenda “os herdeiros das famílias heróicas” como o maior valor de Portugal, “principalmente pelo sentimento herdado da vida histórica”. Nesses termos, as mazelas diagnosticadas, ao longo da história nacional, só podiam ser saradas pela “realeza” com a ajuda de uma “elite intelectual”, a partir de um governo transitório de inspiração “revolucionária e conservadora – socialista no intuito, tradicional na forma”, cujo propósito vem a ser viabilizar mudanças profundas posteriores (ibidem, 1973: 221; 1974b: 219 e 243 a 248; vide ainda, 1973: 53 e 70).

Apreende-se, então, a história contada por Oliveira Martins como a descrição de tipos, onde o caso particular ganha “o sentimento da vida do

fenômeno genérico”. Todavia, o mesmo vem logo a ser repreendido por não construir a “revolução” pelo estudo da história, ou seja, pelo estudo no passado do que se liga aos problemas atuais e educar os espíritos com vista à solução de questões postas no presente (ibidem, 1973: 21-22; e, 1974b: 224-225). No que diz respeito ao processo de construção da nação, enquanto Oliveira Martins nos apresenta como algo comum a idéia de que “o esplendor da Península foi instantâneo”, Antônio Sérgio o tem por extraordinário. E, enfim, as acusações desse contra aquele desenvolvem-se até a denúncia de pessimismo e quixotismo. Para o autor dos *Ensaíos*, quando o historiador Oliveira Martins defende o valor dos personagens históricos vindos das famílias nobres e, simultaneamente, divulga que as transformações sociais acontecerão por obra da evolução material, antes degenera a história nacional como instrumento de educação da elite.

No exame dos portugueses “excepcionais”, mostra-se que a nação falta ao intelectual e, por isso, não se constrói, na cultura de língua portuguesa, “obra das que fere fundo, das que têm garra, das que marcam almas” (ibidem, 1977: 50). A exigência de superação do ambiente a partir da vivência íntima de cada escritor como ato poético, ou seja, a criação estética, antes confirma o quão “cadaveroso” vem a ser o reino ou o quanto se necessita da reforma da mentalidade. Reitera-se que os “excepcionais” não conseguem ultrapassar o pátio das discussões, mesmo tendo em si o sentimento das necessidades nacionais, porque não criam outra ordem por análise da situação crítica. Todos lamentam e lutam, denunciam as mazelas da nação, mas não ultrapassam a síntese histórica da decadência. Logo, a todos aflige o mesmo “mal português”: a nação se ressentida das denúncias que projetam e os persegue e isola.

Para complementar o perfil da formação dos portugueses ao longo do século XIX, é composto o ensaio “O caprichismo romântico na obra do Sr. Junqueiro”. Enquanto Eça de Queirós e Oliveira Martins importam pela influência que tiveram na formação da elite dirigente da República, Guerra Junqueiro interessa pelo sucesso de seus versos “na massa dos que sabiam ler”. Não te esqueças que ao autor dos *Ensaíos* importa “o leitor em geral”! O problema está, precisamente, em que a poesia de Junqueiro se expressa “com palavras, imagens e maneiras da arraia-miúda”, encontram-se aí “os artifícios de palavra e ritmo que entusiasmam a inocência das imaginações inertes” com escassas “possibilidades de ascender à cultura” (ibidem, 1980b: 331-332). Como não exige dos leitores qualquer superação das condições do ambiente, tal poesia repete pacificamente a idéia da decadência de Portugal e da

necessidade de um redentor figurado no herói histórico Nun'Álvares.¹²

O capricho rítmico da poesia de Junqueiro é destacado como causa e efeito do “ambiente social”. Causa porque o poeta educou os que elogiam suas “filosofias sem pensamento”, e efeito porque ele usou o talento de criar ritmos para seduzir a massa e manter antigas concepções da pátria (ibidem, 1980b: 361). Até aí pouca novidade, no entanto, na medida em que o capricho decorre do orgulhoso deleite da fama popular, impede-se a ascensão do leitor à elite, isto é, a criador de cultura. Nessas condições, Guerra Junqueiro vem a ser exemplo do quanto importa à reforma nacional avaliar “a forma de espírito que se transferiu” da elite ao povo, pois trata-se com aqueles outros que privilegiam a fama e os elogios. O que mantém as condições desfavoráveis à cultura autêntica, mesmo quando se clama pela redenção da pátria – lembre-se que a busca da fama e da glória vem a ser a fonte de degeneração da nação na épica de Camões. Se Eça de Queirós e Oliveira Martins também refletem as condições de cultura, por que Guerra Junqueiro é o exemplo negativo da situação crítica?

Isso poderemos melhor especular a partir do ensaio “Camões panfletário (Camões e D. Sebastião)”, dedicado ao procedimento pelo qual se deve reger o intelectual devotado à reforma e inspirado no “espírito moderno do quinhentismo”, porque “os conselhos dos *Lusíadas* [...] não são simples generalidades de Política e de Moral, mas censuras bem concretas ao que já se ia vendo na ocasião (prólogo dos horrores que depois vieram!) e o transunto muito fiel do grande protesto popular” (ibidem, 1981a: 110). Ou seja, os conselhos de Camões são modelo ou exemplo a ser imitado.¹³

Tal ensaio é dedicado ao canto IX de *Os Lusíadas*, que cuida do governo do rei d. Sebastião. As censuras do poeta ao rei dizem respeito ao modo como d. Sebastião desleixa a corte e sai para se divertir com amigos em caçadas, sua desatenção com os conselheiros experimentados nos assuntos do oriente e da África, à política de privilégios que orienta os negócios do reino, à prática do recrutamento obrigatório que permite levar trabalhadores necessários ao reino para as expedições. Em destaque, portanto, a preocupação de Camões com a

¹² Sobre a importância do leitor em geral e as possibilidades de ascensão à cultura, vide SÉRGIO, 1977: 205. Vale ressaltar que Antônio SÉRGIO vê Nun'Álvares como a manutenção da ordem senhorial medieval, pois ele recebeu terras e rendas como paga e as estendeu a seus homens à semelhança da vassalagem. (SÉRGIO, 1980c: 154)

¹³ Transunto: “1 cópia de algo escrito; traslado 2 (1597) reprodução perfeita 3 o que deve ser imitado; exemplo, modelo”. (HOUAISS, 2001: 2754)

formação do rei a partir da advertência de que o mesmo carecia de “ouvir os expertos” ou os conselheiros munidos de experiência nos negócios do reino (ibdem, 1981a: 96 a 110).

Ao desaconselhar o rei a ir ao Marrocos e asseverar que as leituras sagradas e profanas servem antes para a determinação de fins e não dos meios de realização das obras de vulto, Camões mostra-se mais preocupado com o papel de Portugal nas terras dominadas por mulçumanos frente às lutas religiosas que assolam a Europa. As advertências e conselhos do canto IX, mediante a condição da épica ser escrita no crepúsculo do quinhentismo português, serve como procedimento padrão para os que tomam para si o facho da reforma. Tanto assim que o ensaio é encerrado com o lamento da fraqueza do autor dos *Ensaio*s, como obra escrita segundo os moldes da disciplina de pensamento dos “excepcionais”, diante dos que seguiram o mesmo caminho: Verney, Herculano e Quental (ibdem, 1981a: 119).

É inegável que, para Antônio Sérgio, a geração romântica ligada às Conferências Democráticas do Casino Lisbonense foi a última a proceder de acordo com a épica. Procedimento cujos dois pontos principais são a denúncia das condições do ambiente e das ações da elite dirigente e a idealização do papel histórico da nação portuguesa; à semelhança do aviso de Camões, que reconhece as contingências – guerras religiosas européias, o poderio de Felipe II, as navegações ultramarinas e as possessões territoriais – e, a partir disso, vislumbra o papel de Portugal na realização do ideal da cristandade. Para tanto, os portugueses deviam imitar os antepassados “excepcionais”: ouvir os mais “expertos”, determinar fins a partir dos textos e cumprir as aspirações européias.

Leiamos, consoante essa conclusão, sobre a última geração de reformadores no “Prefácio da 1ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s:

A despeito da diversidade dos seus assuntos, todos os ensaios deste volume têm um único objetivo: a busca da orientação mais verdadeira, e por isso mesmo mais fecunda, nos problemas de que depende o ressurgimento da nossa grei [...] Com que espírito deveremos nós – os portugueses da minha idade e os mais moços [...] – considerar a nação de que somos parte e os grandes fatores do seu destino? [...] Impõem-se agora estas perguntas tanto mais imperativas quanto os escritores influentes do nosso Terceiro Romantismo [...] foram um tóxico perfeito pela ação descoordenadora, pelo prestígio desnordeante sobre as almas da

nossa terra. [...] cujo primeiro choque sobressaltou Portugal em 1871, naquelas Conferências do Casino [...] Criou-se assim um fluido de mitos em que se dissolveu o espírito público, não só sobre os aspectos da nossa vida e sobre as realidades contemporâneas, mas até sobre o gênio do Português e as altas façanhas da sua história. (ibdem, 1980b: 56)

O leitor sonâmbulo que se guiar pelo prefácio da obra acreditará que seu autor rivaliza e rompe com a geração romântica de 1870. A acidez com que cita Eça de Queirós e Oliveira Martins corresponde a quase nada do que lemos nos ensaios aqui mencionados. Salvar-se-ia apenas Antero de Quental por não ser citado, mas nem ele, se a mais famosa das Conferências do Casino fora justo a “Causas da decadência...”. Enfim, Fernando Pessoa adianta o que Antônio Sérgio jamais pôde ver: “O mito é o nada que é tudo” (PESSOA, 1998: 21). Entre os mitos poetizados por Camões e descobertos, vigorosamente, pelos românticos, aquele de fazer ressurgir Portugal a partir do feito histórico vem a ser o eminente.

Se as altas façanhas históricas foram desnorteadas pelos estudos românticos, se as raízes da nacionalidade foram cingidas na heróica tribo de Viriato, tudo provém da luminosidade fornecida pelas navegações dos séculos XIV e XV – não por acaso, Antônio Sérgio escreve: “É este o momento da maior altura da vida mental do nosso país. Estamos no seu máximo esplendor, no solstício estival da sua marcha” (1977: 36). A mais antiga e resplandecente das tradições de Portugal: a dos “universalistas cosmopolitas” que souberam sustentar na Ibéria aspirações européias, não contém nem menos, nem mais teor mítico que as origens célticas dos nômades pastores das montanhas que perturbaram a ocupação romana da península. (SÉRGIO, 1980b: 77; 1974b: 07 a 74; 1981b: 05 a 12)

Se os *Ensaio*s procedessem a “uma análise dos fatores da nossa mentalidade contemporânea” a partir da acidez que lemos nesse prefácio, a sempre citada perseguição a seu autor seria menos a comprovação da tese histórica ensaiada na obra do que a cultura autêntica dos Descobrimientos. (idem, 1980b: 68 e 84) As pesquisas e narrativas históricas da atualidade romântica servem à compreensão das condições de cultura no presente, se a fulgurante glória dos navegadores quinhentistas dá o compasso da experiência social da nação. Porquanto o autor admita que a literatura de seu próprio tempo não lhe transmite o “significado vital da situação da grei”, conserva-se a inquietação escrita por Antero de Quental cerca de dez anos antes das conferências: “quem pensa e sabe hoje na Europa não é Portugal”. A obra *Ensaio*s, dedicada à síntese histórica da cultura em Portugal, antes reitera na consciência dos

portugueses esta pergunta: “será possível viver sem idéias?” (QUENTAL, 1942: 43)¹⁴

Os portugueses “excepcionais” aos quais falta a nação, perseguidos e exilados, provam a condição heróica da consciência nacional. Por conseguinte, a compreensão da unidade do processo de queda, onde se reconhecem algumas fulgurações de “vanguarda”, ganha novo sentido quando se sobrepõe aí o problema da cultura, ou da mentalidade, ou da formação da consciência. Com isso, se desenvolve a tradição de denúncia sem que se percam de vista, primeiro, as hipóteses construídas tais quais informações de fato, verdadeiras porque guardam a coerência das explicações; segundo, a oposição aos que, cooperados no mesmíssimo empenho regenerador, cantam o retorno sentimental e saudoso à glória passada. Antônio Sérgio aceita a tradição de denúncia como instrumento para formar a mentalidade nacional e permanece fiel ao julgamento de Quental: “Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.” (idem, 2001: 60) E tal sentença deve criar polêmicas e não dogmas, consoante a unanimidade acarretar marasmo e estupidez, a fatalidade histórica tem de gerar saudade para uns, denúncia e perseguição para outros.

Daí a força do tema da saudade, trazido à cena por Almeida Garrett, estar na condição de exílio e afastamento do poeta da terra natal, o mérito do estrangeiro para Portugal. (FRANÇA, 1999: 51) No *Camões* de Garrett a 'saudade' caracteriza a vida do poeta português. Vive-se assim, quer no passado, quer no presente, a dor ou o sentimento da alienação das aspirações coletivas que só têm importância na nação. Se Antônio Sérgio conhecia a potencialidade estética e ética da saudade, deixou-a de lado, pois cuida apenas do prestígio quase mágico atribuído à palavra para negar ao saudosismo lugar na regeneração do português. Na “Humilde Súplica aos Saudosistas” e na “Carta a um Saudosista”, afirma que a palavra saudade, ao contrário do que dizem os defensores do saudosismo, não existe exclusivamente em português, pois se encontram termos correlatos em outras línguas européias. Desse modo, ele redireciona o problema para o “temperamento saudoso (elegíaco, literatesco, voltado para o passado) [...] o maior defeito de que sofreremos” (SÉRGIO, 1987: 56 a 58).

Aqui nos deparamos com o paradoxo dos *Ensaio*s, visto que polemiza com os contemporâneos e os chama de leitores sonâmbulos para

¹⁴ Tal pergunta é usada como a primeira epígrafe do prefácio do tomo I dos *Ensaio*s. Se a mesma encerra o panfleto “Bom-senso e Bom-gosto”, que deu início à Questão Coimbra, é possível especular que se anuncia aí o ímpeto da obra escrita por Antônio SÉRGIO, qual seja: dar continuidade ao empenho reformista do romantismo português.

provar que a disciplina própria ao exemplo dos “excepcionais” ainda não vigora e, simultaneamente, afirma a problemática como ambiente necessário à cultura autêntica. Por conseguinte, o ideal de formação do português torna imprescindível a controvérsia e a impugnação. Ora, da mesma maneira que os saudosistas encontram na palavra “saudade” a peculiaridade da cultura nacional, Antônio Sérgio crê que a denúncia da situação de crise seja a melhor definição do “espírito” português. Não será esse o motivo do tom ácido e briguento daquele prefácio do tomo I? Se os saudosistas e integralistas vão cultuar o passado glorioso, a obra dedicada à problemática ou à polêmica como ambiente próprio à cultura provada na história nacional, vai reviver as experiências de denúncia e perseguição encontradas ao longo dessa mesma história. Por reconhecimento da fatalidade histórica e para abrir “a faina augusta dos Descobrimentos” sob “nova forma”, retoma a concepção de Oliveira Martins de colonização da metrópole pela extensão da atividade intelectual, só que agora pelas chamadas “escolas de ensaio”.¹⁵

Depois de ser exilado e ter praticado quase tudo o que fizeram os românticos de 70 – criado revistas de divulgação das idéias pelo ressurgimento nacional, renegado o governo vigente, participado de um governo de conciliação, apresentado reformas para a estrutura de ensino, feito conferências em teatros e universidades, escrito um esboço da História de Portugal, ter sido preso, perseguido, prestigiado por uns e apedrejado por outros –, Antônio Sérgio endurece a luta. Para, afinal, avisar a Raul Proença: “Escrevi ao Aquilino, a pedir-lhe que rogasse ao sogro que tratassem de arranjar dinheiro para comprar aviões que iniciassem a revolução pelo bombardeamento enérgico dos quartéis das tropas mais fiéis ao governo [...] se tem de haver sangue, que a coisa seja o mais rápida possível.” (idem, 1987: 196-197) Mas sangue não houve... Os *Ensaíos* seguiram sendo publicados e seu autor a denunciar as condições do ambiente de cultura.

Antônio Sérgio chama tal disciplina de denúncia por crítica. De início, a defesa da crítica dizia respeito aos “esbocetos de críticas de literatura”, e que tinham suscitado vozerio. Contudo, a convocação dos “jovens da elite” a “uma crítica disciplinadora” útil à imposição de “um pensamento”, feita no prefácio dos *Ensaíos*, dá outro valor ao tema (ibidem, 1980b: 71; 1980a: 07). Se somarmos a isso as contingências

¹⁵ Nas primeiras páginas de “O Reino Cadaveroso...”, Antônio SÉRGIO escreve: “E agora? Agora, no século XX? Agora, – estamos na mesma”, e o encerra com a sobredita proposta das “escolas de ensaio”. (1977: 28 e 54 respectivamente).

vividas pelo autor, a monta vem a ser ainda maior. Ora, a disciplina crítica como denúncia fundamenta todos os tomos dos *Ensaio*s, e também os livros que compõem a História de Portugal. Além disso, ele acredita que a situação crítica ou decadência vem a ser o ambiente onde se deve enraizar o trabalho do pedagogo ou doutrinador ou apóstolo do civismo.

Uma vez considerada a importância da disciplina crítica como denúncia do “mal português”, segundo a tradição fundada no quinhentismo, o papel do crítico na sociedade nacional deve ser o de relacionar obras e público. Daí escrever: “a crítica fornece o ambiente de idéias em que a obra de arte se desenvolverá”. Isso porque a atividade do crítico, através de “um enredo de idéias” nascido no ato íntimo de criação, atribuirá vida à obra que merece viver. A crítica vem a ser o “prelúdio” da renovação da “matéria artística”, tanto quanto o complemento da obra clássica. Na medida em que, no clássico, o “instinto da inteligibilidade” superou a desordem inicial, a crítica reitera a “corporização do sentimento artístico [...] sobre o esqueleto de universalidade que a inteligência descobre no objeto” ou na “matéria artística”. Por conseguinte, o crítico tem o notório dever de alimentar o interesse e a admiração do público pelas obras clássicas da cultura nacional na época da decadência. (ibidem, 1980a: 07 a 22; 1980b: 73)

Enfim, no “Prefácio da 2ª edição” do tomo I dos *Ensaio*s, a tradição dos reformadores é coroada na defesa da “orientação social” atribuída a toda obra publicada: “Toda obra que se publica é um fator de orientação social, já pelos sentimentos que sugere e pelas idéias que preconiza, já pelos métodos de pensar e de exprimir de que dá exemplo [...]”. (ibidem, 1980b: 18)¹⁶

Se à elite intelectual cabe o ato de denunciar segundo a disciplina descoberta na história nacional, é ela quem deve alimentar o interesse do público por obras clássicas dessa tradição. Ou seja, aqueles que tomarem para si a tradição dos reformadores sociais, ou a ação segundo a “crítica social”, devem se instruir em obras cujo “sentimento e a inspiração” iniciais foram estruturados pela consciência do estado de decadência. Logo, uma vez que a produção é dedicada à “análise dos fatores da nossa mentalidade contemporânea”, segundo “objetivos práticos [políticos e sociais]”, e orientada pela problemática como “criação ideológica”, as “escolas de ensaio” reiteram muito mais que rompem com a tradição

¹⁶ Aliás, mandamento que orientou os estudos sobre a obra de Eça de Queirós cerca de 10 anos antes de ser escrito tal prefácio.

escolhida (ibidem, 1980b: 84 e 46 respectivamente). A função dos *Ensaio*s e da História de Portugal no ressurgimento nacional é dar vida aos “sentimentos”, às “idéias”, aos “métodos de pensar e de exprimir” encontrados nas obras que participam da tradição gerada na consciência e na denúncia do estado de decadência. Tal qual se lê na lírica e na épica de Camões, nos 'estrangeirados' dos séculos XVII e XVIII, nos insurrecionistas do XIX e, por fim, nos reformadores do XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes

1.1 Obras de Antônio Sérgio

“Da Natureza da Afecção”, *Revista Americana*, nº 9, ano IV, Rio de Janeiro 1913.

“Em torno do problema da 'língua brasileira' (Palavras de um cidadão do mundo, humanista crítico, a estudante brasileiro seu amigo)”. *Cadernos de Seara Nova – Estudos Pedagógicos*. Lisboa: Seara Nova, 1937.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo V. Lisboa: Sá da Costa, 1973.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo VII. Lisboa: Sá da Costa, 1974a.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo VIII. Lisboa: Sá da Costa, 1974b.

Obras Completas. Democracia. Lisboa: Sá da Costa, 1974c.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo II, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

Obras Completas. Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal, 4ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo III, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980a.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo I, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980b.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo VI, 3ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1980c.

*Obras Completas. Ensaio*s, tomo IV, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981a.

Obras Completas. Breve Interpretação da História de Portugal, 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1981b.

Correspondência para Raul Proença, org. e intr. de José C. González. Lisboa: D. Quixote/Biblioteca Nacional, 1987.

Textos políticos, sel. e pref. de Antônio Reis. Lisboa: Alfa, 1990.

1.2 Prefácios, anotações e organização

Pela Grei. Revista para o ressurgimento nacional, pela formação e intervenção de uma opinião pública consciente. nº 1, Tipografia do Anuário Comercial, 1918; nº 2, Lisboa: Liga da Ação Nacional.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*, pref. de Antônio Sérgio. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

Prosa doutrinal de autores portugueses, sel., pref. e notas de Antônio Sérgio, 2ª ed. Lisboa: Portugália, s/d.

QUENTAL, Antero Tarquínio de. *Sonetos*, org., pref. e anotado por Antônio Sérgio, 2ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1963. Coleção de clássicos Sá da Costa.

2. Bibliografia específica

Exposição. Lisboa: Ministério da Cultura/Biblioteca Nacional de Lisboa, 1983.

FALCON, Francisco. "Historiografia Portuguesa Contemporânea. Um ensaio histórico-interpretativo", *Revista Estudos Históricos*. 1: *Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro: F.G.V./Cpdoc, 1998.

GODINHO, Vitorino Magalhães. "Antônio Sérgio: presença no passado, presença no futuro" in *Ensaaios. Humanismo científico e reflexão filosófica*, vol. 4. Lisboa: Sá da Costa, 1971.

LOURENÇO, Eduardo. "Sérgio como mito cultural" in *Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, 5ª ed. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1992.

CATROGA, Fernando e CARVALHO HOMEM, Amadeu J. (coord.) *Revista de História das Idéias* 5. *Antônio Sérgio*, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1983, 2 volumes.

SERRÃO, Joel. "Para uma apologia de Antônio Sérgio" in *Portugueses Somos*. Lisboa: Livros Horizonte. s/d.

_____. "Para uma interpretação do ensaísmo histórico-pedagógico de Antônio Sérgio", in *Temas de Cultura Portuguesa*. Lisboa: Ática, 1960. Coleção 'Ensaaios'.

_____. "Para uma caracterização do ensaísmo de Antônio Sérgio", *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Ação*. Março-abril de 1967.

_____. "O lugar da história no pensamento de Antônio Sérgio" in V. Magalhães-Vilhena et al. *Homenagem a Antônio Sérgio*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Instituto de Altos Estudos/Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, 1976.

3. Bibliografia geral

- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento, fragmentos filosóficos*, trad. Guido Antonio de Almeida, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- ADORNO, T. W. "Crítica cultural e sociedade" in *Prismas. Crítica Cultural e Sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. "O ensaio como forma" in *Sociologia*, org. Gabriel Cohn. 2ª ed. São Paulo: Ática, s/d.
- ALBUQUERQUE, Luís de. *'O Reino da Estupidez' e a Reforma Pombalina*. Coimbra: Atlântica/Cultura Portuguesa, 1975.
- ALMEIDA GARRETT, João Baptista de. *Viagens na Minha Terra*, introd., fix. do texto e notas de Antônio Cândido Franco, Lisboa: Guimaraes, 2001.
- ARENDT, Hannah. "O conceito de História – Antigo e Moderno" in *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARGAN, G. C. "Clássico e Romântico" in *Arte Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- AUERBACH, E. "A cicatriz de Ulisses" in *Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1971.
- BARTHES, Roland. "Qu'est-ce que la critique?" in *Essais critiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1964.
- BENJAMIN, Walter. "Questões introdutórias de crítica do conhecimento" in *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. "Experiência" in *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- _____. "Teses sobre a filosofia da história" in *Sobre arte, técnica, linguagem e política*, trad. Manuel Alberto et al., pref. T.W. Adorno. Lisboa: Antropos, 1992.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 6ª ed. Portugal: Publicações Europa-América, s/d. Coleção Saber, nº 59.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*, trad. Vera Lucia O. Sarmento e Fernando A. Correa. Brasília: EDUNB, 1991.

BURKE, Peter (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*, pref. de Álvaro J. da Costa Pimpão, 3ª ed. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto Camões, 1992.

_____. “Sonetos – 10” in *Camões: Verso e Prosa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

COSTA LIMA, L. “A narrativa na escrita da história e da ficção” in *O Aguarás do Tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. “Sujeito, representação: fortuna, reversão” in *Mimesis: desafio ao pensamento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. 7ª ed. Lisboa: Presença, 1989.

DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*, 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Parma, 1983.

FALCON, Francisco C. *A época pombalina (política econômica e monárquica ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. “O iluminismo e os estrangeirados em Portugal”, *Américas*. v. 1. São Paulo: UNIMARCO, 1º semestre 1995.

_____. “‘Historicismo’: a atualidade de uma questão aparentemente inatual”, *Tempo*. vol. 4. Rio de Janeiro 1997.

FRANÇA, José-Augusto. *O Romantismo em Portugal. Estudo de fatos socioculturais*, 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

GADAMER, H.G. “Historicidade” in *História e historicidade*, trad. Ana Isabel Buescu. Lisboa: Gradiva, 1988.

GINZBURG, C. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário” in *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*, trad. Frederico Carotti, São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOMERO. *Odisseia*, trad. direta do grego, introd. e notas por Jaime Bruna. 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’” in *Textos Seletos*. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1974.

_____. “Estética Transcendental” in *Crítica da Razão Pura*, 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

KIERKEGAARD, S. A. “O abstrato nos primeiros diálogos de Platão se

- arredonda na ironia” in *O conceito de Ironia constantemente referido a Sócrates*. Petrópolis (Rio de Janeiro): Vozes, 1991.
- KOSELLECK, R. *L'expérience de l'histoire*. Paris: Gallimard, s/d.
- _____. *Le future passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Éd. de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1990.
- LACAPRA, Dominick. *History & Criticism*. 3ª ed. Ithaca/London: Cornell University Press, 1992.
- LEFEBVRE, G. “La naissance de l'historiographie moderne” in *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971.
- LIMA, Silvio. *Ensaio sobre a essência do ensaio*. São Paulo: Saraiva, 1946.
- LOURENÇO, Eduardo. *Poesia e Metafísica*. Camões, Antero, Pessoa. Lisboa: Gradiva, 2002.
- LUKÁCS, Georg. “Essencia y forma del ensayo (Carta a Leo Popper)”, *ECO – Revista de la Cultura de Occidente*, Bogota: Bucholz, Enero de 1967.
- _____. “As formas da grande épica em sua relação com o caráter fechado ou problemático da cultura como um todo” in *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- MONTAIGNE, Michel de. *Essais. Livre premier – extraits*, sel. e org. Daniel Ménager. Paris: Librairie Larousse, 1972.
- MOTTA, M. A. *Antônio Vieira. Infalível naufrágio*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- MUECKE, D. C. *Ironia e irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- NIETZSCHE, F. “De l'utilité et de l'inconvénient des études historiques pour la vie (1874)” in *Considérations inactuelles*. Paris: Mercure de France, s/d.
- OLIVEIRA MARTINS, Joaquim P. de. *Obras Completas. Portugal nos Mares*. 4ª ed. Lisboa: Guimarães e Cia editores, 1954.
- _____. *História de Portugal*. 16ª ed. Lisboa: Guimarães, 1972.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Editora Martin Claret, 1998.
- _____. *Fausto. Tragédia subjetiva (fragmentos)*, estabel. de texto, ord. e notas Teresa Sobral Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. *Crítica. Ensaios, artigos e entrevistas*. Braga: Assírio & Alvim, 1999.
- _____. “O provincianismo português”, “O caso mental português” e “Formação cultural (carta a José Osório de Oliveira)” in *Páginas de doutrina estética*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.
- PLATÃO. *A República: livro VII*, apres. e comentários Bernard Piettre, pref. Pierre Aubenque, trad. Elza Marcelina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

- PROUDHON, Pierre J. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*, sel. e notas de Daniel Guérin, trad. de Suely Bastos. Porto Alegre (Rio Grande do Sul): L&PM, 1998.
- QUEIRÓS, Eça. “Afirmação do Realismo como nova Expressão da Arte”, introd. e org. Claudia Amorim, *O Marrare*, ano II, n° II. Rio de Janeiro: UERJ/Inst. de Letras/Setor de Literatura Portuguesa—Pró-Camões. Periódico do Setor de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, junho de 2002.
- QUENTAL, Antero T. de. “Bom-senso e Bom-gosto” in *Prosas Escolhidas*, sel. e pref. de Fidelino de Figueiredo. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.
- _____. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa: Guimarães, 2001.
- RODRIGUES, J. Honório. *Teoria da história do Brasil. Introdução Metodológica*. 5ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- ROSENFELD, A. “Romantismo e classicismo” in *O Romantismo*, org. J. Guinsburg, 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- SARAMAGO, J. *A jangada de pedra*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. “Primeiro ato” in *Que farei com este livro? Teatro*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SIMMEL, G. “Le concept et la tragédie de la culture” in *La tragédie de la culture*. Paris: Rivages, 1988.
- SOUSA SANTOS, B. de. “Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal” in *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*, 2ª ed. Bauru/São Paulo: EDUSC/UNESP, Portugal: Instituto Camões, 2001.
- VALENTE, Vasco Pulido. *O poder e o povo: a revolução de 1910*. Lisboa: D. Quixote, 1974.
- VIEIRA, Antônio. “Sermão do bom ladrão ou da audácia” in *Sermões escolhidos*, org. e coord. José Verdasca. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- WEISKEL, T. “O sublime romântico” e “O Etos da alienação: duas versões sobre a transcendência” in *O sublime romântico: estudo sobre a estrutura e a psicologia da transcendência*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. *Meta-história. A imaginação Histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

4. Bibliografia de referência

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CAYGILL, Howard. *Dicionário de Kant*, trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- “ENSAIO” in Moisés Massaud, *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1999; Pavis, *Dicionário de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999; Philippe Van Tieghem (dir.), *Dictionnaire des littératures*, vol. D-J, 2ª ed. Paris: Press Universitaire de France; Luiz Paulo Vasconcellos, *Dicionário de teatro*. São Paulo: L&PM editores, 1987.
- GADINER, P. *Teorias da história*. 4ª ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1995.
- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS de LEXICOGRAFIA. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ojetiva, 2001.
- KINDER, Hermann e HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Istmo, 1994, 2 vols.
- “LUÍS ANTÔNIO VERNEY” in J. J. Lopes Praça, *História da filosofia em Portugal*, 3ª ed. Lisboa: Guimarães editores, 1988.
- SARAIVA, A. José e Lopes, Oscar (org.). *História da literatura portuguesa*. 4ª ed. Porto/Lisboa: Porto editora/ Empresa Lit. Fluminense, s/d.
- “SEARA NOVA”, “PELA GREI” e “SÉRGIO”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*. vols. XXVII, XX e XXVIII (respectivamente). Lisboa/Rio de Janeiro: editorial Enciclopédia, s/d.
- “SEARA NOVA” e “SEBASTIANISMO”, in *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir), vol. 3. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968.

